



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 2.175/2.025**

Da Comissão Legislação, Justiça e Redação Final.

#### **I- RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão Legislação, Justiça e Redação Final; para análise e emissão de parecer ao **Projeto de Lei n.º 2.175/2.025** – que “ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI 1567/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O presente parecer versa sobre o Projeto de Lei nº 2.175/2025, de iniciativa parlamentar, que propõe alterações na Lei Municipal nº 1.567/2021, norma que institui o Programa Municipal de Apoio ao Ensino Superior e Profissionalizante, com foco no subsídio ao transporte intermunicipal de estudantes matriculados em instituições regulares de ensino técnico e superior.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão para análise quanto à constitucionalidade, legalidade, iniciativa legislativa e técnica normativa.

#### **II – ANÁLISE JURÍDICA**

A Lei nº 1.567/2021 autoriza o Poder Executivo a subsidiar, total ou parcialmente, os custos com transporte intermunicipal de estudantes, desde que haja disponibilidade econômica e interesse discricionário da Administração. Trata-se, pois, de programa de apoio indireto à educação, no âmbito da mobilidade, cuja execução é de natureza técnica, operacional e orçamentária da Administração Municipal.

De acordo com o art. 55 da Lei Orgânica Municipal, é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal legislar sobre:

“IV – organização do Poder Executivo.”

A proposta legislativa em análise pretende modificar parâmetros de execução e gestão do programa instituído por lei anterior de iniciativa do Executivo, o que configura interferência direta na condução da política pública de transporte subsidiado, típica do Poder Executivo.

Além disso, ao tratar da destinação e gestão de recursos públicos, ainda que condicionais e discricionários, a proposição



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

compromete a reserva de iniciativa do Executivo, conforme reiteradamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal:

“Leis de iniciativa parlamentar que interfiram em programas executivos de transporte ou assistência social, mesmo indiretamente, invadem a competência do Chefe do Executivo.”

(ADI 5.074/MT, Rel. Min. Dias Toffoli)

A discricionariedade administrativa expressamente prevista no art. 2º da Lei nº 1.567/2021 reforça que a implementação do programa depende de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, não podendo ser rigidamente vinculada por lei de iniciativa do Legislativo.

### **II- CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, voto pela inconstitucionalidade formal do **Projeto de Lei nº 2.175/2025**, por vício de iniciativa, conforme o art. 55 da Lei Orgânica Municipal e entendimento consolidado do STF.

Recomendo o arquivamento da proposição, por manifesta invasão da competência reservada ao Prefeito Municipal para disciplinar programas públicos de transporte e de natureza assistencial.

Sala das Comissões Jair Roberto da Silva, 02 de Abril de 2025.

---

Maria Izabel Martins Crovato  
Relatora da Comissão

### **III- DECISÃO DA COMISSÃO**

O Sr. Vereador Robson Nei Renier Capobiango, acolhe o voto da relatora e **manifesta-se pela inconstitucionalidade formal** do Projeto de Lei nº 2.175/2025. O Sr. Vereador Alex Vinicius Coelho é contra o voto da relatora.

Sala das Comissões Jair Roberto da Silva, 02 de Abril de 2025.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

Maria Izabel Martins Crovato  
Relator da Comissão de LJRF

---

Alex Vinicius Coelho  
Membro da Comissão de LJRF

---

Robson Nei Renier Capobiango  
Presidente da Comissão de LJRF